

NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 25/02/2015 - Edição 1223

Pesquisa Nacional de Mortes envolvendo bancos

Contraf-CUT e CNTV querem discutir segurança com ministro da Justiça



Após o lançamento, pesquisa foi encaminhada para o Ministério da Justiça. Na foto, a diretora da CNTV, Thiana Santana, o secretário de Imprensa da Contraf-CUT, Ademir Wiederkehr e o presidente da CNTV, José Boaventura. Foto: Guina Ferraz/BancáriosDF

A Contraf-CUT e a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) protocolaram na tarde desta terça-feira (24) uma carta no Ministério da Justiça, solicitando uma audiência com o ministro José Eduardo Cardozo, “dentro da maior brevidade possível, para discutirmos as mortes de trabalhadores, clientes, policiais e outras pessoas em assaltos envolvendo bancos em

O documento foi encaminhado logo depois da divulgação em entrevista coletiva na sede da CNTV, em Brasília, da pesquisa nacional de mortes em assaltos envolvendo bancos em 2014, elaborada pelas duas confederações, com apoio técnico do Dieese. Uma cópia do levantamento, que apontou 66 assassinatos no ano passado, foi anexada no ofício ao ministro.

“Queremos analisar com Vossa Excelência os dados da Pesquisa Nacional de Mortes em Assaltos envolvendo Bancos, referente ao ano de 2014, mostrando a ocorrência de 66 assassinatos no ano passado, um a mais que no ano anterior”, apontam as entidades.

A pesquisa, iniciada em 2011, apurou nesse período de quatro anos a morte de 237 pessoas em assaltos envolvendo bancos. “Não podemos ficar

omissos e indiferentes diante dessas verdadeiras tragédias, que acabam com os sonhos e as esperanças de centenas de brasileiros e brasileiras”, ressalta a Contraf-CUT e a CNTV.

“Tomamos conhecimento, por meio da imprensa, de que nesta quarta-feira, dia 25, Vossa Excelência concederá audiência para o Secretário

da Segurança Pública de São Paulo, Alexandre de Mores, para debater a proposta de alteração da legislação com o objetivo de proibir a fabricação de dinamite, visando enfrentar a onda de explosões de caixas eletrônicos”, salientam as entidades.

“Esperamos sermos também recebidos e podermos dialogar com Vossa Excelência, a fim

de podermos apresentar as propostas dos vigilantes e bancários para combater as mortes em assaltos envolvendo bancos, que se repetem ano a ano sem que nenhuma força-tarefa seja montada para proteger a vida das pessoas e mudar essa triste realidade”, concluem as entidades.

Fonte: Contraf-CUT e CNTV

Vigilantes de Niterói, São Gonçalo e região têm nova proposta dos patrões

Na última mesa de negociação realizada entre o Sindicato Patronal e os Sindicato dos Vigilantes no dia 23/02, os representantes dos trabalhadores recusaram a proposta anterior que oferecia 6,85% de reajuste no salário e 25% no tíquete refeição. Diante da negativa dos trabalhadores, travou-se um debate árduo com os patrões até surgir uma nova proposta: 8% de aumento salarial e 25% no tíquete que subiria para R\$ 16,25/dia.

“A categoria necessita de um ganho efetivo no seu salário. Temos que ter um ganho real além da inflação. Diante dessa nova proposta, o Sindicato dos Vigilantes de Niterói, São Gonçalo e região, vai levar para

assembleia com a categoria analisar e votar se aceita ou não”, disse Paulo Henrique, vice-presidente do SVNIT, que participou da reunião.

Os diretores do SVNIT, Robson Couto e Jorge também acompanharam a reunião. Outros Sindicatos também participaram da mesa de negociação como Petrópolis e região, representado pelo presidente Adriano Linhares, Duque de Caxias, presidente Carlos Gil, Mesquita, Aquino, e Sindesverj, por Renê.

A diretoria do Sindicato SVNIT quer discutir ainda o plano de Saúde e já adiantou que não vai aceitar a criação da função do homem horista.

Para Claudio Vigilante, presidente do Sindicato SVNIT,

a categoria em Niterói e região precisa participar das assembleias para se orientar em relação aos acontecimentos e andamentos das negociações.

O SVNIT, portanto, convoca toda categoria para Assembleia Geral de Campanha Salarial a se realizar no dia 27 de fevereiro, às 19 horas, na sede do Sindicato dos Bancários de Niterói, que fica a Rua Maestro Felício Toledo, 495 - Sobreloja, no auditório da entidade.

O SVNIT lembra que esta assembleia tomará decisões sobre os rumos da campanha salarial 2015, além de votar a nova proposta apresentada pelos patrões.

Fonte: Svnit



Negociações em Natal seguem sem avanço

Os vigilantes patrimoniais do Rio Grande do Norte (RN) ainda não chegaram a um consenso com os patrões sobre as reivindicações da categoria na negociação realizada nesta terça-feira (24), na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do RN. O secretário de finanças da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Jervalino Bispo, representou a entidade no debate.

“Com a insistência dos patrões em oferecer reajuste de apenas 6,23%, correspondente às perdas salariais e sem nenhum ganho real, o que restou foi o dissídio coletivo”, explicou Bispo. Após a reunião, os vigilantes partiram para mais uma manifestação e seguiram em passeata até o Banco do Brasil, no centro de Natal.

O Sindsecur-RN convoca a categoria para nova assembleia

nesta quarta-feira (25), às 19h, no Sindicato dos Rodoviários. Lá, serão repassadas informações sobre a Campanha Salarial 2015

e decididos os próximos rumos da luta.

Fonte: CNTV



Trabalhadores realizam nova manifestação no centro de Natal. Nesta quarta (25) haverá nova assembleia. Foto: Taian Marques

Itaú é condenado a indenizar bancário obrigado a transportar valores

Um bancário obrigado a transportar valores receberá R\$ 10 mil de indenização por danos morais do Itaú Unibanco. A decisão foi da juíza Vanessa Reis Brisolla, em atuação na 8ª Vara do Trabalho de Brasília.

Segundo ela, esse tipo de atividade é de risco e, por isso, normalmente, é executada por empresas especializadas. O empregador que submete seus empregados a esse tipo de tarefa, de acordo com a magistrada, infringe o artigo 5º da Constituição Federal.

“Penso que o empregador

não pode submeter o empregado bancário a transportar valores, pois isso põe em risco a sua integridade física, na medida em que não está preparado para executar essa atividade. Além disso, penso que em razão do risco da atividade, o empregado é submetido a um estado de tensão psicológica, pois, ainda que nenhum assalto ou sequestro aconteça, é de se presumir o medo e a insegurança que o empregado sente ao praticar essa atividade”, analisou a juíza.

Conforme informações dos

autos, durante alguns meses, entre os anos de 2010 e 2011, o empregado foi obrigado a transportar valores e documentos entre a agência da quadra 516 da Asa Sul e um Posto de Atendimento Bancário (PAB) localizado no interior da empresa Sanoli Indústria e Comércio de Alimentação Ltda.

Uma testemunha relatou que o bancário, nesse trajeto, carregava cheques, dinheiro trocado, bem como cartão de débito e crédito.

Fonte: TRT-10

Escola de Rondônia é arrombada pela 25ª vez e agora levaram até material de professores



Desde novembro de 2013 as escolas estaduais de Rondônia não contam com serviço de segurança privada

Criminosos invadiram pela 25ª vez em pouco mais de um ano, as dependências da Escola Estadual Padre Mário Castagna, localizada na Avenida Campos Sales, na Zona Sul de Porto Velho. O crime foi descoberto somente na manhã desta segunda-feira (23), quando os

funcionários chegaram para o trabalho. Desde novembro de 2013, a Padre Castagna, como todas as escolas estaduais, não tem mais segurança privada e a ação de bandidos acontece com rotina.

A dramática situação da Padre Castagna por pouco não

inviabiliza o ano letivo dos alunos. Desta vez foram levados duas CPUs, monitores, microondas, um bebedouro, material de limpeza e até mesmo o material pedagógico.

Após a descoberta do arrombamento mais uma vez a PM foi chamada e fez a ocorrência, mas a situação não deve mudar, uma vez que a própria corporação militar informa que não dispõe de viaturas suficientes para atuar contra a bandidagem.

Outras escolas recordistas de arrombamento na Capital de Rondônia são a Maria Carmosina Pinheiro, no bairro Tiradentes, que teve 15 vezes “visitas” de criminosos e a Eloísa Bentes Ramos, do bairro Aponiã, arrombada 11 vezes. As duas estão localizadas na Zona Leste.

Fonte: Rondônia Agora

Governo retoma debate com centrais sobre fim do fator previdenciário

Em entrevista ao Portal Vermelho, lideranças das centrais sindicais classificaram como positiva a sinalização do governo da presidenta Dilma Rousseff, de retomar o debate para pôr fim ao fator previdenciário. A sinalização foi feita pelo ministro da Previdência Social, Carlos Gabas, em entrevista nesta segunda-feira (23) ao jornal O Estado de S. Paulo.

“O fator previdenciário é ruim porque não cumpre o papel de retardar as aposentadorias. Agora nós precisamos pensar numa fórmula que faça isso e defendo o

conceito do 85/95 como base de partida”, afirmou o ministro.

A chamada fórmula 85/95, citada por Gabas, prevê que a concessão da aposentadoria seria de maneira integral quando a soma da idade do segurado com seu tempo de contribuição resultar 85 anos para as mulheres, e 95, para os homens, sendo mantido o tempo mínimo de contribuição de 30 anos para ela e 35 para ele. Pela regra, uma mulher com 35 anos de contribuição, por exemplo, poderia se aposentar integralmente a partir dos 55 anos.

O presidente da Central dos

Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adílson Araújo, saudou a iniciativa de diálogo proposto pelo novo ministro, mas ressaltou que a proposta 85/95 ainda não é um consenso.

“Por enquanto, o único consenso que existe entre governo e centrais sindicais é de que é preciso pôr fim ao fator previdenciário. É um entulho criado pelo governo FHC que lesa os trabalhadores, principalmente aqueles que começaram a trabalhar mais cedo. Quanto a proposta da 85/95 é preciso estabelecer as regras”, salientou Adílson.

Para Quintino Severo, secretário de finanças da CUT, a sinalização do governo é positiva. “É a retomada do diálogo de uma pauta que está parada desde 2013. Esperamos que essa mesa de negociação possa avançar para uma proposta concreta que acabe com o fator previdenciário. Essa é a nossa expectativa”, declarou Quintino.

Ele resgata que a proposta do 85/95 foi construída num debate feito entre governo e centrais desde 2010. Quintino defende que o novo debate seja feito a partir dos pontos acertados anteriormente.

“Na ocasião ficou acordado que seria incluído na conta do tempo de contribuição o período que o trabalhador foi beneficiado pelo seguro-desemprego, seria garantida estabilidade no emprego um ano antes do trabalhador se aposentar, além de ter diferenciação para aposentadorias especiais, com carreiras que tenham graus maiores de insalubridade e periculosidade, sendo computados mais 4 anos para cada 10 anos de contribuição”, enfatizou o dirigente cutista.

Regras mais claras

O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, também afirmou ser favorável a proposta do 85/95, “desde que não permita nenhum tipo de instrumento nefasto como o fator previdenciário”.

“Primeiro, queremos que se acabe com o fator previdenciário. Segundo, caso seja implantada essa regra nossa condição é de que todas as pessoas que estiverem no meio do caminho e que poderiam ser prejudicadas pela fórmula do 85/95, que ficassem num regime especial”, defende Patah.

Ele concorda que é preciso adequar o sistema a expectativa da vida atual do brasileiro, mas enfatiza que “é preciso ter regras claras que não provoquem perdas de direitos”.

Fator reduz em 40% as aposentadorias

O fator previdenciário é um redutor de aposentadoria. Foi criado em 1999, no governo FHC, sendo uma fórmula matemática aplicada obrigatoriamente nos pedidos de aposentadorias por tempo de contribuição com base na média aritmética dos maiores salários correspondentes a 80% de todo o período em que o segurado contribuiu para a Previdência.

O valor do benefício considera, além do tempo de contribuição, a idade na data de concessão da aposentadoria e a expectativa de sobrevivência a partir dessa idade, com base no indicador médio contido na tábua de mortalidade do IBGE, calculada anualmente.

Como a expectativa de vida a partir da idade de aposentadoria está no denominador da fórmula, quanto maior a expectativa de vida, menor é o fator e, conseqüentemente, maior o “desconto” no valor do benefício. Isto é, quanto mais se vive, menor o valor do benefício, que chega a reduzir em 40%.

Previdência e expectativa de vida

Na entrevista, o ministro argumentou que atualmente a expectativa de vida subiu no país, chegando a 84 anos. No entanto, segundo ele, a idade média de aposentadoria por tempo de contribuição é de 54 anos. “Então, o cidadão fica 30 anos, em média, recebendo aposentadoria. Não há sistema que aguente. Para que nosso sistema previdenciário seja preservado temos que estender um pouquinho essa idade média de aposentadoria, que é uma discussão diferente, que ainda não entrou na pauta”, afirmou Gabas.

Adílson disse que nessa conta o governo não considera o fato que a grande maioria dos trabalhadores entra mais cedo para o mercado de trabalho e começa também a contribuir mais cedo. “O fator previdenciário tem prejudicado justamente os trabalhadores que contribuíram há mais tempo com a Previdência”, lembrou.

As centrais destacam que é uma demanda urgente, pois lesa direitos fundamentais com efeitos permanentes para milhares de pessoas. “Queremos uma proposta que faça justiça com os trabalhadores e garanta as suas conquistas. Por isso, esperamos que o governo faça o debate. Não vamos nos furtar ao direito de negociar”, destacou Adílson.

As lideranças sindicais saudaram a reabertura do debate, mas salientam que, apesar da urgência, esperam que o governo construa uma proposta em conjunto com as centrais.

“A forma que o governo anunciou as medidas no final nos causou preocupação”, disse Patah, referindo-se ao anúncio das Medidas Provisórias 664 e 665, que alteram a concessão de benefícios previdenciários e trabalhistas, como seguro-desemprego, auxílio-doença e pensão por morte. A crítica das centrais é porque o governo editou as medidas e só convocou as centrais sindicais para apresentar as justificativas, postergando o debate para o Congresso Nacional, onde a medida já tem mais de 700 emendas.

“Esperamos que, diferentemente do que ocorreu no anúncio das medidas provisórias, o governo sente à mesa de negociações e, juntos, possamos construir uma alternativa que respeite os direitos e garanta o benefício digno aos trabalhadores”, afirmou Adílson, lembrando que existem outras pautas de reivindicações das centrais que precisam ser discutidas.

“Além do fator previdenciário, temos que avançar no debate quanto ao reajuste das aposentadorias daqueles que ganham acima do salário mínimo, por exemplo. É uma injustiça que prejudica os trabalhadores que contribuíram durante toda uma vida e quando precisam têm a sua única renda reduzida ano a ano”, disse.

Fonte: Portal Vermelho

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico: Anibal Bispo

Diagramação: Joanna Alves



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF